



RESENHA

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Violências e conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

Maria Goreti Góes da Rocha - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Federal do Pará (UFPA).

O livro “Violências e conflitualidades” foi prefaciado pelo professor Cesar Barreira da Universidade Federal do Ceará (UFC), que o considera fruto de uma trajetória e ao mesmo tempo reconstitui um debate político/acadêmico sobre a temática da violência e dos conflitos nas sociedades contemporâneas. A obra baseia-se na constituição de uma Sociologia da Conflitualidade que explica os processos sociais conflitivos e contraditórios, tendo como cenário analítico as práticas sociais, classificadas como violentas, e o processo de controle social.

O livro está dividido em Introdução, seguida de 09 capítulos, com a Conclusão e as Referências. Na Introdução o autor fala sobre a construção da Sociologia da Conflitualidade afirmando que o início do século XXI pode ser denominado de processo de mundialização da sociedade, que significa um processo de constituição de formas sociais marcadas pelos efeitos excludentes das políticas neoliberais, desencadeando novos conflitos sociais e, por vezes, estabelecendo novos limites à atuação do Estado. A globalização promove para parte da população mundial desigualdade de oportunidades de vida, com acesso desigual a recursos e que se resume a oito dimensões dos aspectos da vida humana: saúde, habitação, trabalho, educação, relações de sociabilidade, segurança, informação e conhecimento, e participação política. Reconhece-se em cada uma dessas dimensões a configuração de novas questões sociais mundiais.

Que a construção de uma abordagem sociológica sobre conflitualidade parte de dois problemas sociais, o crime e a violência. A questão das conflitualidades – das formas de violência, das metamorfoses do crime, da crise das instituições de controle social e dos conflitos sociais – configura-se pela emergência de novas modalidades de ação coletiva, com lutas sociais protagonizadas por outros agentes sociais e diferentes pautas de reivindicações.

No Capítulo 01 sob o título “As novas questões sociais mundiais e a violência” observa-se que houve profunda mutação na sociedade contemporânea, nos últimos trinta anos, a qual pode ser definida como processo de formação da sociedade mundializada, a era do globalismo. Novos dilemas e problemas sociais emergem no horizonte planetário, configurando novas questões sociais mundiais. Dentre as novas questões sociais, os fenômenos da violência adquirem contornos, passando a disseminar-se por toda a sociedade. Ao que chama de processo de dilaceramento da cidadania que se configura pela disseminação das várias formas de violência por toda a sociedade contemporânea: violência política, costumeira, de gênero, sexual, racista, ecológica, simbólica e violência na escola. Por conta disso, a violência como nova questão social mundial está provocando mudanças no Estado, que segundo o autor estamos diante de formas contemporâneas de controle social, com as características de um estado repressivo acompanhando a crise do Estado-providência. Por outro lado, defende que seria possível pensar a construção de uma cidadania transnacional ou mundial, marcada pela criação institucional e pela difusão e comunicação de práticas sociais, jurídicas e simbólicas inovadoras, invocando a reinvenção das formas de solidariedade e a redefinição do trabalho; enfim, a prevenção e erradicação das formas de violência social. A construção da cidadania transnacional supõe um conjunto complexo de preocupações com: necessidades da vida (por exemplo, geração de oportunidades de trabalho e renda); necessidades da sociedade do conhecimento (por exemplo, universalização da educação fundamental e média); necessidades sociais (por exemplo, superar a fragmentação social e o individualismo exacerbado) e necessidades simbólicas (por exemplo, desenvolver a construção de valores solidários orientadores da ação social).

No Capítulo 02 intitulado “Microfísica da violência”, o autor trabalha com o conceito de microfísica do poder de Michel Foucault, para a compreensão da fenomenologia da violência, ou seja, criando o conceito de microfísica da violência. A prática da violência vai inserir-se em uma rede de dominações, de vários tipos – classe, gênero, etnia, por categoria social e violência simbólica – que resultam na fabricação de uma teia de discriminações, estigmas e exclusões, possivelmente sobrepostas.

Faz uma distinção entre conflito, poder e violência. O conflito social consiste em um processo entre classes, categorias, frações de classe e grupos sociais que implica a possibilidade de negociação entre as partes, mesmo em intensa interação. O poder também supõe alguma possibilidade de negociação de um consenso, para se estabelecer com legitimidade e de modo hegemônico. Mas a violência – esta relação de alteridade que tem como característica o uso da

força, o recurso à coerção, e que atinge, com dano, o outro – é uma relação social inegociável, posto que atinge, no limite, as condições de sobrevivência, materiais e simbólicas, daquele percebido como outro, anormal ou desigual, pelo agente da violência. A violência é antecedida, ou justificada, prévia ou posteriormente, por uma violência simbólica, que se exerce mediante modos de subjetivação dos agentes sociais envolvidos na relação.

No Capítulo 03 “A violência na escola e a juventude”, o autor fala que a violência que ocorre no espaço escolar é reconhecida como uma nova questão social mundial. Fenômeno social caracterizado como um enclausuramento do gesto e da palavra. São manifestações de violência contra a pessoa, roubos, furtos e depredações, até mesmo assassinatos, que se repetem em um conjunto expressivo de sociedades. Assim, evidencia-se que estamos em face de uma conflitualidade que coloca em risco a função da escola na socialização das novas gerações. No que diz respeito às lutas sociais contra a violência escolar, cita o exemplo da cidade de Porto Alegre, onde as mobilizações sociais contra a violência vêm crescendo mediante grupos de reflexão-ação, campanhas internas em sala de aula, passeatas pelos bairros, petições às autoridades municipais e estaduais, declarações à imprensa e tentativas de construir redes de relações sociais com as coletividades locais. Essa ação coletiva contra a violência realiza uma pedagogia capaz de pensar a escola como espaço de construção de uma cidadania que contemple as aspirações dos jovens e dos adolescentes, bem como das coletividades envolvidas na instituição escolar.

No Capítulo 04 “A juventude fraturada: a agonia da vida no país do futuro” considera que no processo de mundialização de conflitualidade, muitas são as faces da juventude brasileira, sendo desiguais e diversas as situações de risco – naturais, tradicionais ou fabricadas – que vivencia cotidianamente. Os jovens são particularmente afetados pelo individualismo exacerbado, pelo narcisismo do culto da liberdade individual, cujo estímulo a um comportamento de vencedores e perdedores ameaça romper os laços de sociabilidade. Fala de diversos tipos ideais de juventude no Brasil atual, especificando a quais classes pertencem, com qual etnia ou cor se identificam, em quais grupos culturais se reconhecem: a juventude dourada, a juventude em instabilidade, a juventude trabalhadora, a juventude dos carentes, a juventude em vulnerabilidade e a juventude dos infratores.

O Capítulo 05 “A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência” tem por objetivo a elaboração preliminar de uma abordagem sociológica acerca da organização policial, de sua formação na condição de aparelho de Estado de controle social formal e das estratégias de construção de um consenso acerca da função social da instituição policial nas sociedades modernas

e contemporâneas, enfatizando o efeito da violência, legítima e ilegítima, sobre tal processo de institucionalização de uma legitimidade política. Para a consecução deste objetivo o autor primeiramente retraça as origens da organização policial desde o momento da formação do Estado-nação e de sua inserção no exercício da governamentalidade. Em seguida esclarece a constituição da organização policial como formadora de um ofício específico, marcado pela duplicidade: agente do exercício do monopólio da violência física legítima e, simultaneamente, agente de produção de consenso. Por fim, questiona a inserção da violência no cerne da organização policial, discutindo-se em que medida a violência produz um ofício no qual a norma social contém em si mesma a possibilidade, virtual ou real, do excesso de poder.

No Capítulo 06 “A polícia, uma nova questão social mundial”, o autor analisa que a questão policial tornou-se mundial, seja pela ineficácia e ineficiência frente ao crescimento dos fenômenos de violência difusa - violência política, violência social, violência de gênero, violência racial, violência simbólica, violência ecológica – seja pelos novos traços da criminalidade violenta. E o capítulo tem por objetivo a análise sociológica da crise mundial das polícias, ao discutir as várias dimensões do problema: crise institucional, cultura organizacional, violência policial, legitimidade e alternativas para os dilemas do ofício de polícia. Destaca quatro tipos de polícia em disputa: o tipo-ideal autoritário, o tipo-ideal técnico-profissional, o tipo-ideal de polícia comunitária e o tipo-ideal de polícia cidadã.

Ao tratar da questão policial no Brasil fala que uma das dificuldades se dá em como garantir o respeito aos direitos humanos em todos os momentos da atividade policial, tendo em vista denúncias de graves violações de direitos humanos por parte de membros das polícias civis e militares. A violência por eles exercida tem como origem uma cultura profissional marcada pela dominação masculina, pelo machismo. Que os problemas em jogo na questão policial brasileira são: relativos à organização das instituições policiais, relativos à educação e às carreiras policiais e a responsabilidade social das organizações. Na discussão sobre passagens a outra concepção de segurança, salienta a emergência de ações coletivas e de trabalhos institucionais como expressões de um movimento de passagem a outra concepção de policiamento na sociedade brasileira. No plano educacional, a colaboração entre universidades e escolas de polícia, indicando um movimento de transformação de currículos, de conteúdos e de concepção de ofício de policial.

No Capítulo 07 “Marchas, regressos e contrapassos na educação policial” observa que no início do século XXI, em relação à questão da segurança pública, a crise do Estado-nação, em virtude do processo de formação da sociedade global,

e as vicissitudes do Estado de bem-estar social, face às políticas neoliberais, ambas as dimensões trouxeram dificuldades crescentes para o exercício do ofício de policial.

Que apesar de um novo período de transformações ter sido aberto na sociedade brasileira desde a Constituição de 1988, foi pouco discutida a questão da reforma das policiais e das mudanças na educação policial, havendo um déficit na agenda política e educacional no Brasil, de todas as instituições que não levaram em conta a necessidade de refletirmos sobre a formação das polícias. Diante deste quadro, o autor destaca as experiências de integração institucional das academias de polícia militar e das escolas da polícia civil, de alguns estados brasileiros.

No Capítulo 08 “As lutas sociais contra violências” analisa as lutas sociais contra a violência na sociedade brasileira contemporânea, na perspectiva de compreender os conflitos sociais como criadores de outras sociabilidades. Na sociedade brasileira, a emergência de lutas sociais contra a violência representa linhas de fratura no dispositivo da violência. Para compreender tais lutas, cumpre reconstituir a fenomenologia da violência no Brasil, classificando-a em quatro grandes grupos: a violência do Estado; a violência contra o poder do Estado; a violência difusa; a violência simbólica.

No Capítulo 09 “Violências e dilemas do controle social” o objetivo é analisar os fenômenos da violência difusa na sociedade contemporânea e discutir os dilemas do controle social, informal e formal. Estuda as modificações na construção de objetos sociais, expressos como problemas sociais, construídos por atores, instituições e discursos. Questiona as possibilidades de um controle social que incorpore a participação social, que representaria a instituição da concepção de uma segurança cidadã em um cenário de crescente violência difusa e de grandes dificuldades encontradas pelas sociedades e Estados contemporâneos para enfrentá-la.

Na Conclusão o autor finaliza seu texto afirmando que desenvolveu uma interpretação sociológica dos fenômenos de violência, construindo a noção de microfísica da violência na era da mundialização das conflitualidades. A intenção foi a de analisar os fenômenos da violência difusa na sociedade contemporânea e discutir os dilemas do controle social, informal e formal, mediante alguns conceitos: conflitualidade, violência, conflitos sociais, lutas sociais contra a violência, tecnologias sociais de poder e controle social. Dentre as questões sociais analisadas pelo autor - a juventude e a violência; a violência na escola; a relação entre a polícia e a violência; a crise mundial das polícias; as ambivalências dos ensinos policiais; a planificação emancipatória; e os dilemas do controle

social – na condição de objetos sociológicos da sociologia da conflitualidade. Os jovens são particularmente afetados pelo narcisismo do culto da liberdade individual, estímulo proveniente de uma cultura de vencedores e perdedores que rompe os laços de sociabilidade. O reconhecimento da violência no espaço escolar partiu de sua compreensão como enclausuramento do gesto e da palavra, configurada por manifestações de violência contra a pessoa, por roubos etc. que se repetem em vários países. É preciso entender as mensagens escondidas nos atos de violência, reconhecendo o conflito como parte da dinâmica social.

A polícia, como uma nova questão social mundial, retraça as origens da organização policial, desde a formação do Estado-nação, e o exercício da governamentalidade. A organização policial vai se caracterizar por um campo de forças sociais que se estrutura em três dimensões: o exercício da violência legítima, a construção do consenso e as práticas de excesso de poder, a violência ilegítima.

A obra é atual, pois promove uma leitura que possibilita o senso crítico, quanto à questão policial, por exemplo, que requer a superação desde a fragmentação das atividades operacionais entre os diversos órgãos que exercem o controle social formal, até a efetiva implantação de um currículo de formação policial pautado na cidadania e na dignidade do ser humano. Cito minha experiência como profissional da segurança pública, quanto à participação no curso de Atualização em Segurança Pública e Direitos Humanos, a Especialização em Políticas e Gestão em Segurança Pública ofertada pela RENAESP, e ainda o Mestrado em Defesa Social e Mediação de Conflitos-UFPA onde tive a oportunidade de interagir em sala de aula com profissionais de diversos segmentos da área, possibilitando a quebra de paradigmas e preconceitos, aproximando diversos profissionais com reflexos positivos no dia-a-dia de suas atividades policiais. E na esteira deste novo pensar em busca de uma polícia cidadã, em breve a UFPA irá ofertar o Doutorado em Segurança Pública.

O autor José Vicente Tavares dos Santos é sociólogo, graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1971); Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1977); Doutor em Sociologia pela Université de Paris X, Nanterre (1987); Professor titular do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e em Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Autor de vários livros entre os quais: “Violências no tempo da globalização” (1999); “Democracia, violências e lutas sociais na América Latina” (2009) e “Violência e cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais” (2011).

Texto submetido à Revista em 01.06.2017
Aceito para publicação em 13.10.2017